



2B Capital S.A.

CNPJ 07.063.675/0001-29
Sede: Avenida Paulista nº 1.450 - 12º Andar - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da 2B Capital S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Prejuízo no Exercício de R\$ 2.395 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 7.511 mil e Ativos Totais de R\$ 9.102 mil. Quando aplicável a Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção

do capital social. A política de dividendos da companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2016	2015	
ATIVO			2016
CIRCULANTE	7.407	3.402	2015
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	2.853	875	1.591
Taxa Administração a Receber (Nota 6)	449	780	445
Adiantamento para Aumento de Capital (Nota 7)	799	799	173
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e)	78	84	906
Créditos Tributários (Nota 16c e 16d)	3.200	748	67
Despesas Antecipadas	28	67	
Depósitos Judiciais	-	9	
Outros Créditos	-	40	
NÃO CIRCULANTE	1.695	3.018	7.511
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.690	3.008	4.906
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e)	38	14	
Créditos Tributários (Notas 16c e 16d)	1.652	2.994	
IMOBILIZADO (Nota 8)	5	10	7.511
Imobilizações de Uso	12	14	
Depreciação Acumulada	(7)	(4)	
TOTAL	9.102	6.420	9.102

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil	
	2016	2015	
RECEITAS OPERACIONAIS	2.953	4.322	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 6)	2.644	3.914	(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	-	184	Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos Impostos
Receita de Variação Cambial (Nota 9)	309	99	Depreciações
Outras Receitas Operacionais	-	125	Resultado de Equivalência Patrimonial
DESPESAS OPERACIONAIS	(6.904)	(6.972)	Juros Ativos
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(5.982)	(5.469)	Lucro Líquido Ajustado
Despesas Tributárias (Nota 12)	(348)	(472)	Redução de Ativos Financeiros
Despesa com Serviço de Terceiros	(333)	(269)	(Aumento/Redução de Ativos
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(91)	(173)	Aumento/Redução de Passivos
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	(43)	(301)	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados
Despesa de Variação Cambial (Nota 9)	(105)	(288)	Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais
Despesa de Baixa de Imobilizado	(2)	-	(3.024)
RESULTADOS FINANCEIROS	446	131	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11)	446	131	Aquisição de Imobilizado
RECEITA NÃO OPERACIONAL	-	60	Baixa do Imobilizado
Receita na Venda de Imobilizado	-	60	Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(3.505)	(2.459)	2
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.110	489	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(2.395)	(1.970)	Aumento de Capital
			Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil	
	2016	2015	
1) CONTEXTO OPERACIONAL			
A 2B Capital S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração de recursos de terceiros, compra e venda de títulos e valores mobiliários, prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiro e de capitais e a participação em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista. A 2B Capital S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.			
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 1º de fevereiro de 2017.			
2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS			
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.			
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis			
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.			
A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.			
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.			
2.2) Moeda funcional e de apresentação			
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.			
2.3) Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e representam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.			
2.4) Imobilizado			
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens.			
2.5) Investimento em Controlada			
É classificado como controlada a entidade pela qual a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou convertíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.			
Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional. Na extensão de suas obrigações, a Companhia reconhece o passivo relacionado às perdas decorrentes do investimento em controlada.			
Os dividendos recebidos de investimentos investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.			
2.6) Patrimônio líquido			
a) Lucro por ação			
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.			
b) Dividendos a pagar			
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.			
2.7) Reconhecimento da receita			
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.			
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.			
Receitas financeiras			
As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.			
2.8) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)			
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.			
A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.			
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.			

b) A composição dos Investimento está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido		Resultado		Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação	
		líquido ajustado	Resultado ajustado	ON	PN	2016	2015		2016	2015		
2B Capital Luxemburgo General Partner S.A.R.L.	181	(906)	161	125	-	100,00	(906)	(1.067)	161	(306)	(906)	(1.067)
Total												

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Ordinárias	1.735.326.943	841.782.728
Total	1.735.326.943	841.782.728

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 5.000 elevando o de R\$ 14.167 para R\$ 19.167, como emissão de 893.544.215 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Dividendos

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

11) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Rendimento de aplicações em debêntures	-	146
Rendimento de aplicações em fundos de investimento financeiros	435	45
Juros ativos	11	2
Despesas financeiras	(62)	(62)
Total	446	131

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Contribuição à COFINS	219	301
Impostos e taxas	3	83
Contribuição ao PIS	46	65
Total	348	472

13) DESPESA DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Proventos e gratificações	2.429	2.025
Honorários da administração	-	1.348
Encargos sociais	1.464	1.168
Despesa de benefícios	2.089	928
Total	5.982	5.469

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Despesa com transportes	41	40
Despesa com viagens	3	25
Despesa de aluguel	-	22
Despesa de depreciação	2	17
Outros	8	17
Despesa de associações de classe	22	14
Despesa com alimentação	15	16
Despesa operacional	-	13
Despesa de condomínio	-	4
Despesas de seguros	-	172
Total	91	172

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2015	
Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa			
Banco Bradesco S.A.	6	-	9
Total	6	-	9

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(3.505)	(2.459)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	1.192	836
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	54	(6)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(7)	(341)
Outros valores	(129)	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1.110	489

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	-	-
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	23	(44)
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	217	211
Prejuízo fiscal	870	322
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1.110	489

c) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro	
	31.12.2015	31.12.2016
Provisão publicação	-	23
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.742	1.087
Total dos créditos tributários	3.742	1.110

d) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal		Base negativa	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Contribuição social	Total
2017	6	2	3.192	-	-	3.200
2018	6	2	197	-	1.149	1.354
2019	5	2	-	-	291	298
Total	17	6	3.389	1.440	4.852	

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 78 (2015 - R\$ 84) refere-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

f) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 173 (2015 - R\$ 127), referem-se a imposto de Renda de R\$ 81 (2015 - R\$ 52), ISS de R\$ 3, Contribuição Social de R\$ 73 (2015 - R\$ 73) e Cofins/PIS de R\$ 16 (2015 - R\$ 2).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

b) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Não houve eventos subsequentes que requeriam ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata - Contador - CRC SP 1SP212776/O-9

continua...

...continuação



2B Capital S.A.

CNPJ nº 07.063.675/0001-29
Sede: Avenida Paulista nº 1.450 - 12º Andar - São Paulo - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos Acionistas e Administradores da

2B Capital S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da 2B Capital S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 2B Capital S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela elaboração das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões sobre fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes
CRC 250265670-1-F-SP

Osasco, 24 de abril de 2017

Carlos Augusto de Freitas Torres
CRC - 15P262958

Assine: assinevalor.com.br
ou ligue: (11) 2199-2199 São Paulo
0800-00118888 Outras Localidades

Valor ECONÔMICO
Notícias que geram negócios.

Locavab Serviços de Internet S.A.
CNPJ/MF nº 02.251.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482
Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: 28/03/2017, às 15 horas, na sede social, Rua Itapiraúna, nº 2.434, Vila Andrade, São Paulo/SP

Convocação: Dispensada. **Presença:** Totalidade do Conselho de Administração. **Mesa:** Michel Gora - Presidente, Gilberto Mautner - Secretário. **Deliberações Aprovadas, por Unanimidade:** (A) as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes (Ernst & Young Terço Auditores Independentes, S.S.), relativos ao exercício de 2016; (B) autorização para vinculações das Demonstrações Financeiras de 2016 e junto aos jornais DOESP e Valor Econômico S.A., (B.1) serem disponibilizados para apreciação social; (C) destinação de resultado negativo a conta de prejuízo, no deficitário importe de R\$12.103.765,04; (D) fixação da remuneração anual global de seus administradores no exercício de 2017 e até o montante total e bruto de R\$12.000.000,00; (E) ratificação da contratação e honorários da empresa Ernst & Young Terço Auditores Independentes S.S., sede em São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 61.366.936/0001-25; (F) possível substanciação dos Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital Social realizados pela Companhia, nos capitais sociais de suas controladas nos exercícios de 2016, e de 2017, no montante global de R\$1.110.000,00 distribuídos da seguinte forma: R\$200.000,00 diretamente alocados no capital social da Locavab Telecom Telecomunicações Ltda. (CNPJ/MF nº 06.940.034/0001-42 - (w/telecom); e R\$910.000,00 alocados no capital social da Tray Participações S.A. (CNPJ/MF nº 17.069.862/0001-73 - TraySA), (G) convocação e ordem do dia para AGO/E a ser convocada via edital público e, possivelmente, realizada às 11 horas, do dia 28/04/2017, para análises dos assuntos (E.1) ordinária e (E.2) extraordinária ara contemplados nesta RCA; sendo certo que, (E.3) autorizar a Presidente do Conselho de Administração a convocar AGO/E; (H) em decorrência do disposto no item "VII" do "Artigo 16" do "Capítulo III - Da Administração" do Estatuto Social, aprovações das demonstrações financeiras e fatos administrativos relativos aos (H.1.) último (4º) trimestre do passado exercício social de 2016 encerrado no mês de dezembro de 2016 ("4º TIR/2016"), (H.2.) estimado primeiro trimestre do corrente exercício de 2017 a ser encerrado em 31/03/2017 ("1º TIR/2017") e não auditado até o momento, bem como a convocação dos principais fatos administrativos apresentados pela administração; (I) ficam os Administradores autorizados a praticarem, todos os atos necessários a consecução das deliberações aprovadas, permanecendo inalteradas as demais disposições do Estatuto Social, e seu capital social não será alterado. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 28/03/2017. Mesa: Michel Gora - Presidente, Gilberto Mautner - Secretário, Conselheiros: Michel Gora, Gilberto Mautner e Kyle Ryland. JUCESP nº 169.287/17-8 em 07.04.2017. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

FATO RELEVANTE

A Vale S.A. (Vale) informa que em sua Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas que ocorreu hoje, foi aprovado o pagamento de remuneração aos acionistas para o ano de 2016.

Pagamento da remuneração
O pagamento será efetuado de acordo com os termos a seguir:

- Distribuição de R\$ 4.666.750.435,04, correspondente a R\$ 0,905571689 por ação ordinária ou preferencial em circulação, com base no número de ações em 19 de abril de 2017 (5.153.374.926), pagos sob a forma de juros sobre o capital próprio (JUCP).
- A record date para os detentores de ações de emissão da Vale negociadas na BM&F Bovespa será no dia 20 de abril de 2017. A record date para os detentores de ADRs de emissão da Vale negociadas na New York Stock Exchange - NYSE e na Euronext Paris será o dia 26 de abril de 2017.
- O pagamento será efetuado a partir do dia 28 de abril de 2017. De acordo com a legislação vigente no Brasil, a distribuição de JCP está sujeita à dedução do imposto de renda na fonte, exceto para os beneficiários imunes e isentos que comprovarem atender as condições legais para a dispensa da retenção.
- Os detentores de American Depositary Receipts (ADRs) receberão o pagamento através do Citibank N.A., agente depositário das ADRs, em 5 de maio de 2017.
- As ações da Vale serão negociadas ex-direitos na BM&F Bovespa, NYSE e Euronext Paris a partir de 24 de abril de 2017. Incluindo a primeira tranche paga em 16 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 856.975.000,00, o valor bruto pago de remuneração aos acionistas é de R\$ 5.523.725.435,04, baseado no resultado do ano fiscal de 2016.

Vale Investir

Os investidores detentores de ações da Vale que desejarem realocar automaticamente a remuneração ao acionista em ações da Vale poderão aderir ao programa Vale Investir, entrando em contato com os bancos credenciados para a realização dessa operação (Banco Bradesco e Banco do Brasil).

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2017
Luciano Siani Pires
Diretor Executivo de Relações com Investidores

INTERCEM BRASILEIRA S.A. CNPJ/MF 62.258.884/0001-96 - NIRE 35.300.023.242 - Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 28 de Abril de 2017 - Arquivada na JUCESP sob nº 173.313/17-6 em 17.04.2017. DELIBERADO: Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, os acionistas tomaram as seguintes deliberações, em conformidade com o orden do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: 1. Aprovadas, sem restrições, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015; 2. Tendo em vista que foi apurado prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$92.503.112,29 (noventa e dois milhões, quinhentos e três mil, cento e doze reais e vinte e nove centavos), foi aprovada pela totalidade dos acionistas presentes a proposta da administração de (a) absorver integralmente o prejuízo pelas reservas de lucros existentes, nos termos do parágrafo único do artigo 189 da LSA; (b) que os incentivos fiscais do ano de 2015, com prazo de validade de R\$ 33.817.392,43 (trinta e três milhões, oitocentos e dezesseite mil, trezentos e noventa e dois reais e quatro e três centavos), serão constituídos como reserva e/ou capital social, nos anos subsequentes e quando a Companhia apurar lucros; e (c) que não haverá distribuição de dividendos e demais proventos aos acionistas; 3. Eleitos para os cargos do Conselho de Administração da Companhia, com gestão até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária de 2017, ou até a investidura de novos eleitos: PRESIDENTE, JOSE EDISON BARROS FRANCO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.468.852 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 599.085-488-91, domiciliado na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 14º andar, Torre Nações Unidas - Torre A, Centro Empresarial Berrini, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, CLAUDIO BORIN GUEDES PALAIA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.428.494-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 176.093.048-24, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, ANDRÉ PIRES OLIVEIRA DIAS, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 27º andar, Vila Nova Conceição, Cidade e Estado de São Paulo; CONSELHEIRO, MARCELO GOMES CONDE, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 37.744.808-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 964.442.666-53, domiciliado na

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da 2B Capital S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Prejuízo no Exercício de R\$ 2.395 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 7.511 mil e Ativos Totais de R\$ 9.102 mil. Quando aplicável a Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para

preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMÔNIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
ATIVO	2016	2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	7.407	3.402	CIRCULANTE	1.591
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	2.853	875	Salários a Pagar	445
Taxa Administração a Receber (Nota 6)	449	780	Impostos, Encargos e Contribuições a Recolher (Nota 16f)	173
Adiantamento para Aumento de Capital (Nota 7)	799	799	Investimentos - Participação Exterior (Nota 9)	906
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e)	78	84	Outras Obrigações	67
Créditos Tributários (Nota 16c e 16d)	3.200	748	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.511
Despesas Antecipadas	28	67	Capital Social	9
Depósitos Judiciais	-	-	- De Domiciliados no País (Nota 10)	19.167
Outros Créditos	-	40	Reservas de Lucros	14.167
NÃO CIRCULANTE	1.695	3.018	- Prejuízos acumulados	(11.656)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.690	3.008		(9.261)
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e)	38	14		
Créditos Tributários (Notas 16c e 16d)	1.652	2.994		
IMOBILIZADO (Nota 8)	5	10		
Imobilizações de Uso	12	14		
Depreciação Acumulada	(7)	(4)		
TOTAL	9.102	6.420	TOTAL	9.102
				6.420

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
	2016	2015		2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS	2.953	4.322	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 6)	2.644	3.914	(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.505)	(2.459)
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	-	184	Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos Impostos	(168)	321
Receita de Variação Cambial (Nota 9)	309	99	Depreciações	3	17
Outras Receitas Operacionais	-	125	Resultado de Equivalência Patrimonial	(161)	306
DESPESAS OPERACIONAIS	(6.904)	(6.972)	Juros Ativos	(10)	(2)
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(5.982)	(5.469)	Lucro Líquido Ajustado	(3.673)	(2.138)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(348)	(472)	Redução de Ativos Financeiros	-	509
Despesa com Serviço de Terceiros	(333)	(269)	(Aumento)/Redução de Ativos	412	404
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(91)	(173)	Aumento/(Redução) de Passivos	237	(1.276)
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	(43)	(301)	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados	-	(43)
Despesa de Variação Cambial (Nota 9)	(105)	(288)	Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(3.024)	(2.544)
Despesa de Baixa de Imobilizado	(2)	-	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
RESULTADOS FINANCEIROS	446	131	Aquisição de Imobilizado	-	(3)
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11)	446	131	Baixa de Imobilizado	2	44
RECEITA NÃO OPERACIONAL	-	60	Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	2	41
Receita na Venda de Imobilizado	-	60	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(3.505)	(2.459)	Aumento de Capital	5.000	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.110	489	Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	5.000	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(2.395)	(1.970)	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.978	(2.503)
			Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	875	3.378
			Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	2.853	875
			Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.978	(2.503)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
1) CONTEXTO OPERACIONAL				Eventos			
A 2B Capital S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração de recursos de terceiros, compra e venda de títulos e valores mobiliários, prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiro e de capitais e a participação em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista. A 2B Capital S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.				Capital social	Prejuízos acumulados	Totais	
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 1º de fevereiro de 2017.				Saldos em 31.12.2014	14.167	(7.291)	6.876
2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS				Prejuízo do Exercício	-	(1.970)	(1.970)
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.				Saldos em 31.12.2015	14.167	(9.261)	4.906
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis				Aumento de Capital	5.000	-	5.000
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.				Prejuízo do Exercício	-	(2.395)	(2.395)
A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.				Saldos em 31.12.2016	19.167	(11.656)	7.511
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.				As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			
2.2) Moeda funcional e de apresentação				2.9) Outros ativos e passivos			
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.				Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base <i>pro rata</i> dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base <i>pro rata</i> dia).			
2.3) Caixa e equivalentes de caixa				3) GERENCIAMENTO DE RISCOS			
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.				A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.			
2.4) Imobilizado				4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS			
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens.				Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.			
2.5) Investimento em Controlada				5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
É classificado como controlada a entidade pela qual a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.				Exercícios findos em 31 de dezembro			
Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional. Na extensão de suas obrigações, a Companhia reconhece o passivo relacionado às perdas decorrentes do investimento em controlada.				2016			
Os dividendos recebidos de investimentos investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.				2015			
2.6) Patrimônio líquido				Disponibilidades em moeda nacional (1)			
a) Lucro por ação				Fundos de investimentos financeiros (2)			
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.				Total de caixa e equivalentes de caixa			
b) Dividendos a pagar				1) Refere-se a depósito bancário à vista; e			
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.				2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Comprimissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.			
2.7) Reconhecimento da receita				6) RENDAS A RECEBER			
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.				Como gestora de fundo de investimento, a 2B Capital recebe pelos serviços prestados taxa de administração constituída em bases trimestrais, montando o valor de R\$ 449 (2015 - R\$ 780). Em contrapartida, é registrado em conta de Receitas de Prestação de Serviço o montante de R\$ 2.644 e (2015 - R\$ 3.914).			
Receitas financeiras				7) ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL			
As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.				O valor adiantamento para futuro aumento de capital na controlada 2B Capital Luxemburgo General Partner S.A.R.L., monta o valor de R\$ 799 (2015 - R\$ 799).			
2.8) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)				8) IMOBILIZADO			
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.				Segue composição dos imobilizados:			
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.				Exercícios findos em 31 de dezembro			
b) A composição dos Investimento está demonstrada a seguir:				Taxa (média) de depreciação (a.a.%)			
				Custo			
				Aquisição			
				Baixa			
				Depreciação			
				Custo líquido			
Empresa				Capital social			
2B Capital Luxemburgo General Partner S.A.R.L.				181			
Total				(906)			
				161			
				125			
				-			
				100,00			
				(906)			
				(1.067)			
				161			
				(306)			
				(306)			

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
a) Composição do capital social em ações									
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.									
Exercícios findos em 31 de dezembro									
	2016		2015		2016		2015		
Ordinárias	1.735.326.943	841.782.728	1.735.326.943	841.782.728					
Total	1.735.326.943	841.782.728	1.735.326.943	841.782.728					
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 5.000 elevando o de R\$ 14.167 para R\$ 19.167, como emissão de 893.544.215 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.									
Dividendos									
Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.									
11) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS									
Exercícios findos em 31 de dezembro									
	2016		2015		2016		2015		
Rendimento de aplicações em debêntures	-	146	-	146					
Rendimento de aplicações em fundos de investimento financeiros	435	45	435	45					
Juros ativos	11	2	11	2					
Despesas financeiras	-	(62)	-	(62)					
Total	446	131	446	131					
12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS									
Exercícios findos em 31 de dezembro									
	2016		2015		2016		2015		
Contribuição à COFINS	219	301	219	301					
Impostos e taxas	83	106	83	106					
Contribuição ao PIS	46	65	46	65					
Total	348	472	348	472					
13) DESPESA DE PESSOAL									
Exercícios findos em 31 de dezembro									
	2016		2015		2016		2015		
Proventos e gratificações	2.429	2.025	2.429	2.025					
Honorários da administração	-	1.348	-	1.348					
Encargos sociais	1.464	1.168	1.464	1.168					
Despesa de benefícios	2.089	928	2.089	928					
Total	5.982	5.469	5.982	5.469					
14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS									
Exercícios findos em 31 de dezembro									
	2016		2015		2016		2015		
Despesa com transportes	41	40	41	40					
Despesa com viagens	3	25	3	25					
Despesa de aluguel	-	22	-	22					
Despesa de depreciação	2	17	2	17					
Outros	9	17	9	17					
Despesa de associações de classe	22	14	22	14					
Despesa com alimentação	15	16	15	16					
Despesa operacional	-	13	-	13					
Despesa de condomínio	-	4	-	4					
Despesas de seguros	-	4	-	4					
Total	91	172	91	172					
15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS									
a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:									
Exercícios findos em 31 de dezembro									
	2016		2015		2016		2015		
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)					
Caixa e equivalentes de caixa									
Banco Bradesco S.A.	6	-	9	-					
Total	6	-	9	-					

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
2BCAPITAL S.A.	3
Bradescard Elo Participações S/A	5
COLUMBUS HOLDINGS SA	9
MIRAMAR HOLDINGS S.A.	7



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	(3.505)	(2.459)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	1.192	836
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	54	(6)
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(7)	(341)
Outros valores	(129)	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1.110	489

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	-	-
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	23	(44)
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	217	211
Prejuízo fiscal	870	322
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1.110	489

c) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	31.12.2015	Constituição	Realização	31.12.2016
Provisão publicação	-	23	-	23
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.742	1.087	-	4.829
Total dos créditos tributários	3.742	1.110	-	4.852

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal		Base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2017.....	6	2	3.192	-	-	-	3.200
2018.....	6	2	197	1.149	-	-	1.354
2019.....	5	2	-	291	-	-	298
Total	17	6	3.389	1.440	-	-	4.852

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 78 (2015 - R\$ 84) refere-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

f) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 173 (2015 - R\$ 127), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 81 (2015 - R\$ 52), ISS de R\$ 3, Contribuição Social de R\$ 73 (2015 - R\$ 73) e Cofins/PIS de R\$ 16 (2015 - R\$ 2).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

b) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata - Contador - CRC SP 1SP212776/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos Acionistas e Administradores da

2B Capital S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da 2B Capital S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 2B Capital S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das distorções significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 24 de abril de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Carlos Augusto de Freitas Torres
CRC 1SP262958

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
2BCAPITAL S.A	3
Bradescard Elo Participações S/A	5
COLUMBUS HOLDINGS SA	9
MIRAMAR HOLDINGS S.A.	7



Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

- Modernidade: empresa pioneira no uso da Tecnologia de Certificação Digital na administração pública.
- Solidez e credibilidade: mais de 100 anos atuando com empreendedorismo, transparência e compromisso social.
- Excelência em qualidade: Autoridade Certificadora com ISO 9001:2008 em Certificação Digital.
- Garantia: alto nível em Segurança da Informação.

Conheça tudo o que a Certificação Digital da Imprensa Oficial pode oferecer para você.

www.imprensaoficial.com.br